

CONTRATO DE RATEIO Nº 10/2026

Contrato de Rateio que entre si celebram o Município de JOINVILLE por meio do Fundo Municipal de Saúde e o Consórcio Público Interfederativo de Saúde do Nordeste de Santa Catarina - CISNORDESTE/SC.

MUNICÍPIO DE JOINVILLE, por meio do Fundo Municipal de Saúde, doravante denominado CONSORCIADO CONTRATANTE, com sede Rua Doutor João Colin, 2719, bairro Santo Antonio, município de Joinville/SC, neste ato representado pela sua Gestora do Fundo Municipal de Saúde Sr.(a) **Daniela Aparecida Gregório França Cavalcante**, inscrito(a) no CPF sob o n.º 020.818.929-79, titular da Carteira de Identidade com RG n.º 61927670,

CONSÓRCIO PÚBLICO INTERFEDERATIVO DE SAÚDE DO NORDESTE DE SANTA CATARINA, doravante denominado apenas **CISNORDESTE/SC**, pessoa jurídica de direito público constituído sob a forma de associação pública de direito público, de natureza autárquica, com sede na Rua Max Colin, nº 1843, Bairro América, nesta cidade, inscrita no CNPJ sob o n.º 03.222.337/0001-31, neste ato representado por seu Presidente, Sr. **ADRIANO BORNSCHEIN SILVA**, inscrito no CPF sob o nº 017.554.889-71, titular da Carteira de Identidade com RG nº 2.270.417; têm entre si ajustado o presente **CONTRATO DE RATEIO** para prestação de serviços públicos de saúde, o qual se regerá pelo art. 14 do 3º termo aditivo e Consolidação do Contrato de Consórcio Público do CISNORDESTE/SC 1010 no qual as partes são signatárias, pela legislação pertinente, em especial pela Constituição Federal, art. 241, Lei n.º 11.107/05, art. 8º, Decreto federal nº 6.017/07, arts. 13 a 17, e Lei nº 14133/2021, art. 75, inc. XI, ou outro dispositivo editado por autoridade competente que venha substituí-los, sucedê-los ou complementá-los e pelas condições a seguir estipuladas.

OBJETO E ÁREA DE ATUAÇÃO

CLÁUSULA PRIMEIRA: Constitui objeto deste contrato a execução dos serviços públicos de saúde prevista no art. 9º do 3º Termo aditivo e consolidação do Contrato de Consórcio Público do CISNORDESTE/SC– Cap. III, especialmente aqueles relativos à realização de exames em auxílio diagnóstico e consultas médicas, terapias/tratamentos, procedimentos ambulatoriais e cirúrgicos, aquisição e distribuição de medicamentos, bem como treinamentos e desenvolvimento de pessoal, todos eles executados direta ou indiretamente pelo CISNORDESTE/SC, em favor do CONSORCIADO CONTRATANTE;

1.1 - - Os serviços ora contratados serão realizados em favor da população, agentes públicos, assim como órgãos e entidades do CONSORCIADO CONTRATANTE, conforme suas necessidades e disponibilidades financeiras.

1.2- Para a execução dos serviços oferecidos, o CISNORDESTE/SC poderá contratar pessoas jurídicas públicas e privadas, por meio de procedimentos licitatórios, por dispensa, por inexigibilidade de licitação ou por credenciamento universal, conforme previsto na legislação vigente, observando sempre os objetivos e finalidades constantes no Contrato de Consórcio Público do CISNORDESTE/SC e seus respectivos aditivos.

1.3 – Poderão ser ofertados serviços públicos de saúde ao CONSORCIADO CONTRATANTE, podendo ser médicos, odontológicos ou afins, através convênio firmado entre o CISNORDESTE/SC e entidades sem fins lucrativos, a fim de cumprir o art. 9º do 3º Termo aditivo e consolidação do Contrato de Consórcio Público do CISNORDESTE/SC.

1.4 - Os serviços somente serão prestados aos beneficiários mediante a apresentação de Guia de Autorização do Procedimento específica do CISNORDESTE/SC, devidamente autorizada e encaminhada pela Secretaria

Municipal de Saúde do CONSORCIADO CONTRATANTE, acompanhada de solicitação médica do paciente oriunda do SUS.

1.5 - Caso haja necessidade de complementação nos serviços inicialmente autorizados, tal complementação também precisará ser previamente autorizada, sob pena de glosa do respectivo atendimento.

1.6 - O CISNORDESTE/SC fará a contratação ou administração de bens para uso compartilhado dos entes consorciados, bem como poderá efetuar procedimentos licitatórios para compra compartilhada de medicamentos, serviços ou materiais da área da saúde.

1.7 - O CISNORDESTE/SC poderá realizar ações de capacitação de recursos humanos em saúde e gestão pública de forma consorciada e apoiará a instituição e o funcionamento de escolas de formação, treinamento e aperfeiçoamento na área de saúde de forma presencial e EAD, ou de estabelecimentos congêneres;

1.8 - O CISNORDESTE/SC fica responsável por, na medida de suas responsabilidades e finalidades constitutivas:

1.8.1 - Não utilizar nem permitir que terceiros utilizem o paciente para fins de experimentação;

1.8.2 - Garantir ao CONSORCIADO CONTRATANTE que os usuários dos serviços de saúde objetos do presente instrumento serão atendidos com dignidade e respeito, de modo universal e igualitário, mantendo sempre a qualidade na prestação de serviços e obedecendo aos princípios, diretrizes e normas que regulam o Sistema Único de Saúde - SUS;

1.8.3 - Garantir ao CONSORCIADO CONTRATANTE que o usuário dos serviços ou seu responsável sempre receberá a devida justificativa, sempre que solicitado e por escrito, das razões técnicas alegadas quando da decisão de não-realização de qualquer ato profissional previsto neste instrumento;

1.8.4 - Garantir ao CONSORCIADO CONTRATANTE ambientes de atendimento dos pacientes em perfeito estado de conservação, higiene e funcionamento;

1.8.5 - Fornecer ao CONSORCIADO CONTRATANTE, quando solicitado, as informações sobre os procedimentos realizados nos pacientes;

1.8.6 - Apresentar, sempre que solicitado, relatórios de atividades que demonstrem quantitativa e qualitativamente os serviços do objeto deste contrato;

1.8.7 - Garantir ao CONSORCIADO CONTRATANTE o acesso de seu Conselho Municipal de Saúde, no exercício de seu poder de fiscalização, aos serviços ora contratados.

1.9 - O CISNORDESTE/SC e os prestadores de serviços contratados não poderão cobrar do paciente/usuário ou de seu acompanhante quaisquer valores pelos serviços prestados nos termos deste instrumento.

1.10 - Também constitui objeto deste contrato os custos para manutenção do CISNORDESTE/SC, administração e planejamento, de forma que estes serão utilizados do valor transferido, nos termos da cláusula 12.8.2.

CLÁUSULA SEGUNDA: A utilização pelo CONSORCIADO CONTRATANTE dos serviços de terceiros contratados pelo CISNORDESTE/SC não gerará qualquer espécie de vínculo jurídico entre estes e a entidade prestadora de serviços.

2.1 - Incluem-se nos contratos com terceiros as pessoas jurídicas de direito privado com e sem finalidade lucrativa, as entidades integrantes do chamado terceiro setor (OS, OSCIP e ONG), as parcerias público-privadas e outras formas de contratação, em conformidade com a legislação pertinente.

CLÁUSULA TERCEIRA: Para um perfeito desempenho do encargo aqui assumido, compete ao CISNORDESTE/SC, diretamente, ou mediante contrato com entidade especializada:

3.1 - Contratar prestadores de serviços, dentro das possibilidades financeiras do CISNORDESTE/SC, para a satisfação da demanda do CONSORCIADO CONTRATANTE;

3.2 - Atuar como órgão gerenciador, coordenador e fiscalizador das demandas do CONSORCIADO CONTRATANTE, relacionadas aos serviços ofertados pelo CISNORDESTE/SC.

PRAZO, VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

CLÁUSULA QUARTA: O presente contrato vigorará até 31/12/2026, vedada a prorrogação, sendo, todavia, rescindido automaticamente no caso de o CONSORCIADO CONTRATANTE deixar de integrar o CISNORDESTE/SC, desde que atendidas às formalidades estabelecidas no contrato de consórcio público e seus aditivos e na legislação pertinente.

MODO, FORMA E CONDIÇÕES DA PRESTAÇÃO

CLÁUSULA QUINTA: Os serviços objeto deste contrato serão realizados nos endereços indicados prévia e oportunamente pelo CISNORDESTE/SC, de acordo com as seguintes disposições:

5.1- Os serviços contratados deverão ser solicitados por formulário específico fornecido pelo CISNORDESTE/SC;

5.2 - Os atendimentos somente poderão ser realizados depois de lançados no sistema informatizado disponibilizado pelo CISNORDESTE/SC e devidamente autorizados pela Secretaria Municipal de Saúde do CONSORCIADO CONTRATANTE;

5.3 - O retorno do paciente em até 30 (trinta) dias da data da consulta não gerará novo ônus ao CONSORCIADO CONTRATANTE;

5.4 - Caso o prestador do serviço contratado pelo CISNORDESTE/SC ou o CONSORCIADO CONTRATANTE não conseguirem agendar a consulta do paciente dentro do prazo do item anterior, o mesmo deverá realizar o re-agendamento em até 60 (sessenta) dias, sem efetuar cobrança pela avaliação, tratamento e diagnóstico de exames solicitados durante a consulta. Nos casos em que o paciente não possuir exames para avaliação, o prazo para retorno será de até 30 (trinta) dias;

5.5 - O CISNORDESTE/SC fica exonerado da responsabilidade pelo não-agendamento de paciente encaminhado pelo CONSORCIADO CONTRATANTE na hipótese de atraso de pagamento superior a 10 (dez) dias.

5.6 - Constitui motivo para suspensão ou rescisão do contrato o atraso superior a 10 (dez) dias dos pagamentos devidos pelo CONSORCIADO CONTRATANTE discriminado neste Contrato de Rateio, ou parcelas destes, conforme estabelecido pela Resolução 17/2016 do CISNORDESTE/SC.

5.7 - Havendo restrição na realização de despesas, de empenhos ou de movimentação financeira, ou qualquer outra derivada das normas de direito financeiro, o CONSORCIADO CONTRATANTE, mediante notificação escrita, deverá informá-la ao CISNORDESTE/SC, apontando as medidas que tomou para regularizar a situação, de modo a garantir a contribuição prevista neste contrato de rateio.

RELATÓRIOS ANUAIS

CLÁUSULA SEXTA: O CISNORDESTE/SC elaborará relatórios anuais visando demonstrar quantitativamente o atendimento do objeto deste contrato que serão entregues ao CONSORCIADO CONTRATANTE e estarão disponíveis na rede mundial de computadores - *Internet*.

BENS E DIREITOS

CLÁUSULA SÉTIMA: O sistema de serviços deste contrato será integrado pelos bens e direitos que lhe estão afetos, considerados como necessários e vinculados à adequada execução dos serviços ora pactuados entre as partes contratantes.

7.1 - Integrarão também o sistema todos os bens e direitos que venham a ser adquiridos ou construídos pelo CISNORDESTE/SC ao longo do período de vigência do contrato, necessários e vinculados à execução adequada dos serviços objetos deste instrumento, os quais deverão estar devidamente registrados na contabilidade do CISNORDESTE/SC, de modo a permitir sua fácil identificação.

7.2 - O CONSORCIADO CONTRATANTE reconhece que os bens e direitos vinculados aos serviços existentes na data da assinatura deste contrato de rateio são de propriedade do CISNORDESTE/SC e estão registrados no seu ativo imobilizado.

7.3 - As Receitas de Rendimentos de Aplicações Financeiras do CISNORDESTE/SC, integrarão o orçamento da Unidade Administrativa do CISNORDESTE/SC.

7.4 – Os recursos recebidos pelo CISNORDESTE/SC, oriundos de emendas parlamentares e/ou convênios para incremento do MAC (média e alta complexidade) para os Municípios Consorciados, serão distribuídos em serviços do CISNORDESTE/SC aos municípios consorciados conforme critério de rateio previamente aprovado pelos Municípios Consorciados.

CLÁUSULA OITAVA: O CISNORDESTE/SC poderá instaurar os procedimentos necessários, na forma da legislação vigente e nos termos do Contrato de Consórcio Público e seus aditivos, e respondendo pelas indenizações cabíveis, promover desapropriações e instituir servidões nos termos de declaração de utilidade ou necessidade pública, ou interesse social, previamente realizada pelo CONSORCIADO CONTRATANTE.

8.1 - Por acordo, o CONSORCIADO CONTRATANTE poderá assumir o ônus da indenização prevista no *caput*.

CLÁUSULA NONA: A responsabilidade pelos eventuais custos de implantação dos serviços do objeto de contrato de rateio será definida de acordo com os critérios de viabilidade econômica do CISNORDESTE/SC.

CRITÉRIOS, DEFINIDORES DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS

CLÁUSULA DÉCIMA: O CISNORDESTE/SC, durante todo o prazo da vigência da contratação, deverá prestar os serviços previstos no objeto deste instrumento, de acordo com as regras nele dispostas, visando ao adequado atendimento dos usuários.

10.1 - Para os efeitos do que estabelece esta cláusula e sem prejuízo do disposto no contrato de consórcio público e seus aditivos e nas leis que disciplinam a prestação dos serviços ora pactuados, serviço adequado é o que satisfaz às condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia e transparência na sua prestação.

10.1.1 - A regularidade implica a prestação do serviço segundo padrões satisfatórios de qualidade e quantidade impostos pela lei ou por este contrato, tendo em vista o número e as exigências dos usuários.

10.1.2 - A continuidade impõe a prestação normal e sucessiva, bem como a manutenção permanente e ininterrupta da oferta à população, podendo haver solução de continuidade apenas em caráter excepcional.

10.1.3 - A eficiência compreende a racionalização da ação do Estado e a maximização da satisfação do interesse público, mediante a preocupação com o desempenho do serviço, pela busca de mais e melhores resultados com poucos e menores investimentos, baixo uso de recursos e sem desperdício de qualquer natureza, aumentando a eficácia, reduzindo ao máximo possível o gasto público e o custo social, repassando aos usuários eventuais ganhos de produtividade e economia.

10.1.4 - A segurança implica a redução do risco da atividade, para a execução do serviço sem causar prejuízo material ou pessoal ao usuário, a terceiro, à comunidade ou ao meio ambiente.

10.1.5 - A atualidade impõe a modernidade das técnicas, dos equipamentos e das instalações e a sua conservação e manutenção, bem como a melhoria e expansão do serviço, inclusive com a incorporação de inovações tecnológicas, na medida das necessidades dos usuários e da capacidade de investimento dos contratantes.

10.1.6 - A generalidade compreende a prestação do serviço a todos os tipos e categorias de usuários, ou seja, a do direito de acesso ao serviço contratado.

10.1.7 - A cortesia implica o tratamento aos usuários com civilidade e urbanidade, garantindo-se o amplo acesso para a apresentação de reclamações, oferecimento de sugestões e solicitação de esclarecimentos.

10.1.8 - A transparência impõe a aplicação de mecanismos para a mais ampla divulgação e informação das reclamações, sugestões e solicitações realizadas pelos usuários, bem como dos gastos e investimentos realizados, das suspensões ou interrupções na prestação do serviço e dos demais assuntos de interesse público, inclusive através da rede mundial de computadores - *Internet*.

10.2 - Não se caracterizará descontinuidade da prestação do serviço quando a sua suspensão ou interrupção se der:

10.2.1 - em face de situação de emergência que atinja a segurança de pessoas ou bens;

10.2.2 - quando sua paralisação se der, após competente aviso, por motivo de ordem técnica ou de segurança das instalações ou em razão do inadimplemento ou da mora do CONSORCIADO CONTRATANTE;

10.2.3 - nos casos de eventos de força maior ou caso fortuito, fatos do príncipe ou da Administração ou interferências imprevistas;

10.2.4 - na adoção de regime de racionamento ou restrição decorrente de escassez de recursos, tanto por insuficiência de quantidade quanto por inadequada qualidade destes, pelo CISNORDESTE/SC.

10.2.5 em razão de descredenciamento do prestador de serviço, decorrente do descumprimento das obrigações por aquele assumida perante o CISNORDESTE/SC.

10.3 - O CISNORDESTE/SC passará a prestar os serviços contratados a partir da assinatura deste instrumento.

10.4 - O CISNORDESTE/SC exigirá que os prestadores eventualmente terceirizados estejam de acordo, durante a contratualidade, com as exigências legais pertinentes às execuções dos serviços contratados, sob pena de multa e rescisão contratual.

DIREITOS E OBRIGAÇÕES DOS USUÁRIOS

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: Além do que prevê a legislação, são direitos e deveres dos usuários, sem prejuízo do disposto na legislação aplicável:

11.1 - Receber os serviços em condições adequadas;

11.2 - Receber do CONSORCIADO CONTRATANTE e do CISNORDESTE/SC todas as informações relativas ao seu cadastro, necessárias para a defesa dos interesses individuais ou coletivos;

11.3 - Levar ao conhecimento do CONSORCIADO CONTRATANTE ou do CISNORDESTE/SC as irregularidades das quais venham a ter conhecimento, referentes à prestação do serviço objeto deste contrato;

11.4 - Comunicar ao CONSORCIADO CONTRATANTE os atos ilícitos ou irregulares porventura praticados pelo CISNORDESTE/SC ou seus prepostos na execução do objeto deste contrato, e vice-versa;

11.5 - Contribuir para a permanência das boas condições do sistema e dos bens públicos, por intermédio dos quais é prestado o serviço contratado;

11.6 - Responder, na forma da lei, perante o CISNORDESTE/SC, pelos danos materiais ou pessoais causados em decorrência da má utilização do serviço ou de instalações ou bens do CISNORDESTE/SC ou de seus credenciados.

RECURSOS FINANCEIROS E DOTAÇÕES

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: Em conformidade com a Lei Municipal nº 10.072/2025, regulamentado pelo Decreto nº 70.106/2025, o CONSORCIADO CONTRATANTE fica obrigado a transferir ao CISNORDESTE/SC, a

título de cota de rateio, o valor de **R\$ 18.022.351,92 (dezoito milhões, vinte e dois mil, trezentos e cinquenta e um reais e noventa e dois centavos)**.

12.1 - Fica estipulado que para a execução do objeto deste contrato o teto mensal de desembolso financeiro do CONSORCIADO CONTRATANTE será de **R\$ 1.501.862,66 (um milhão, quinhentos e um mil, oitocentos e sessenta e dois reais e sessenta e seis centavos)**.

12.2 - O valor da cota de rateio estabelecida nesta cláusula poderá ser alterado com o objetivo de restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro da presente relação contratual, para garantir o atendimento de despesas decorrentes de alteração na quantidade de serviços contratados, fatos imprevisíveis ou fatos previsíveis de consequências incalculáveis.

12.3 - Os quantitativos constantes em programação a ser definida em conjunto entre as partes são meramente estimativos.

12.4- O valor previsto nesta Cláusula será transferido em parcela única até o dia 20 de janeiro de 2026, ou em 12 (doze) parcelas mensais e sucessivas no valor do teto mensal descrito no item 12.1, sendo a primeira até o dia 20 de janeiro de 2026 e sucessivamente até o dia 20 de cada mês, através de depósito na conta 99000-0 da agência 3155-0 do Banco do Brasil. Havendo a alteração dos dados bancários, o CISNORDESTE/SC comunicará o CONSORCIADO CONTRATANTE, através de ofício.

12.5- Os recursos recebidos pelo CISNORDESTE/SC em virtude deste contrato serão utilizados estritamente para remunerar os serviços utilizados pelo CONSORCIADO CONTRATANTE e para custear as despesas de manutenção do CISNORDESTE/SC, administração e planejamento, conforme discriminação prevista no item 12.8 desta Cláusula, vedada sua aplicação fora do objeto do presente instrumento.

12.5.1 – O CONSORCIADO CONTRATANTE autoriza o CISNORDESTE/SC a destinar o correspondente a até R\$ 441.600,00 (quatrocentos e quarenta e um mil e seiscentos reais) anuais, podendo ser dividido mensalmente, do valor descrito no *caput* para o custeio do Termo de Convênio nº 01/2025 - CISNORDESTE/SC e seus aditivos, em decorrência dos recursos recebidos pelo CONSORCIADO CONTRATANTE pela Secretaria de Estado da Saúde para custeio do Centro de Especialidades Odontológicas - CEO Tipo III; e pelo Ministério da Saúde, por meio dos Programas Brasil Sorridente, Rede Viver Sem limites e PMAQ CEO, sem prejuízo do pagamento de sua cota na divisão do custeio entre os municípios partícipes, prevista na cláusula Sétima e no Item 4 do Anexo I – Plano de Trabalho do Termo de Convênio nº 01/2025 - CISNORDESTE/SC.

12.6 - Os recursos do CONSORCIADO CONTRATANTE destinados ao CISNORDESTE/SC poderão ser provenientes de recursos próprios, convênios ou emendas parlamentares (federais, estaduais e municipais), observando-se que:

I – As despesas de manutenção, administração e planejamento do CISNORDESTE/SC (12.8.2) deverão ser custeadas exclusivamente com Recursos Próprios ou de livre aplicação do Município, sendo vedada a utilização de emendas parlamentares e convênios para esta finalidade;

II – Os recursos provenientes de convênios e/ou instrumentos congêneres, bem como de Emendas Parlamentares, poderão ser utilizados estritamente para o pagamento da parcela finalística (serviços de saúde e fornecimentos), desde que o objeto esteja expressamente previsto no respectivo Plano de Trabalho, o qual deverá ser encaminhado ao CISNORDESTE/SC para fins de rastreabilidade, e desde que sejam respeitadas a inexistência de vedações legais específicas;

III – Os recursos de incremento do MAC (Média e Alta Complexidade) poderão ser utilizados para o pagamento da parcela finalística de serviços de saúde, observada a regulamentação do Ministério da Saúde e a inexistência de vedações legais específicas.

12.7- Sendo necessário reajuste no valor da transferência, o mesmo será realizado por aditamento ao presente instrumento.

12.8 - Fica estabelecida a seguinte aplicação dos recursos transferidos pelo CONSORCIADO CONTRATANTE ao CISNORDESTE/SC:

12.8.1 – R\$ 16.220.116,68 serão aplicados em serviços revertidos exclusivamente ao CONSORCIADO CONTRATANTE,

12.8.2 – R\$ 1.802.235,24 serão utilizados para custear a manutenção do CISNORDESTE/SC, administração e planejamento, na seguinte proporção:

a) R\$ 1.261.564,68 para despesas correntes com pessoal e encargos sociais do CISNORDESTE/SC;

b) R\$ 540.670,56 para outras despesas correntes do CISNORDESTE/SC;

c) -- para investimentos do CISNORDESTE/SC.

12.8.2.1 Estes valores de manutenção do CISNORDESTE/SC integrarão o ativo financeiro do consórcio.

12.9 - As despesas decorrentes do presente contrato de rateio correrão por conta da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentárias do CONSORCIADO CONTRATANTE:

12.9.1 Para custear as despesas do CISNORDESTE/SC previstas no item 12.8.1:

673 - 2.46001.10.302.2.2.3284.0.337100 - 15001002

12.9.2 Para custear as despesas do CISNORDESTE/SC previstas no item 12.8.2, alínea *a*:

672 - 2.46001.10.302.2.2.3284.0.317100 - 15001002

12.9.3 Para custear as despesas do CISNORDESTE/SC previstas no item 12.8.2, alínea *b*:

673 - 2.46001.10.302.2.2.3284.0.337100 - 15001002

12.9.4 Para custear as despesas do CISNORDESTE/SC previstas no item 12.8.2, alínea *c*:

12.10 O CONSORCIADO CONTRATANTE transferirá ao CISNORDESTE/SC em até 90 (noventa) dias do seu recebimento, verbas de Emendas parlamentares recebidas pelo CONSORCIADO CONTRATANTE e destinadas ao CISNORDESTE/SC, as quais conforme sua destinação, se de custeio, serão distribuídas proporcionalmente aos municípios consorciados conforme critérios de rateio preestabelecidos pelo CISNORDESTE/SC.

DA POLÍTICA DE PREÇOS FRENTE AOS PRESTADORES DE SERVIÇOS

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: Os valores dos serviços de saúde contratados com terceiros serão publicados pelo CISNORDESTE/SC, que deverá manter informações atualizadas na Internet, em seus órgãos oficiais de publicação, nos termos do art. 66 parágrafo único, do 3º Termo Aditivo e Consolidação do Contrato de Consórcio Público do CISNORDESTE/SC.

13.1 - Sempre que possível, avaliadas as condições de demanda e oferta, o CISNORDESTE/SC aplicará os preços definidos pelo Sistema Único de Saúde (SUS) nas contratações realizadas com os prestadores de serviços para o atendimento do objeto deste contrato.

13.2 - Sendo impossível a contratação de prestadores aos preços registrados na tabela SUS, ou inexistindo referência de preço para determinado objeto, é facultado ao CISNORDESTE/SC realizar pesquisa de mercado e apresentar para aprovação pelo Colegiado de Secretários de Saúde e deliberado pelo Conselho Administrativo em forma de resolução.

13.3 - Caso haja reajuste na tabela do SUS (Sistema Único de Saúde), devidamente publicado no Diário Oficial da União (DOU), o CISNORDESTE/SC reajustará os valores dos serviços contratados.

13.4 - Nos casos previstos no item 13.2 ou sempre que houver complementação financeira sobre os valores constantes na tabela do SUS, será devido reajuste dos valores previstos nos contratos firmados pelo CISNORDESTE/SC com terceiros, nos termos previstos na Lei nº 14.133/2021 e Lei nº 10.192/2001.

13.5 - O Conselho Administrativo deliberará sobre a revisão de preços dos serviços de saúde contratados com terceiros nos termos do art. 124, II, d, da Lei nº 14.133/2021.

SUBCONTRATAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: Sem prejuízo das responsabilidades e dos riscos previstos neste contrato, o CISNORDESTE/SC poderá contratar com terceiros o desenvolvimento de atividades inerentes, acessórias ou complementares ao serviço objeto deste contrato, bem como a implantação de projetos associados.

14.1 - Inclui-se nos contratos com terceiros as parcerias público-privadas e outras formas de contratação, inclusive observando o previsto nas Leis 8.987/95, 9.074/95, 9.790/99 e 11.079/04, conforme o caso.

14.2 - O CISNORDESTE/SC, sempre que solicitado, deverá disponibilizar ao CONSORCIADO CONTRATANTE toda a documentação relacionada, ainda que indiretamente, ao presente contrato.

14.3 - O CISNORDESTE/SC, dentro de sua política de ação, manterá constantes estudos visando ao aprimoramento e ampliação do serviço público contratado.

FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: A atividade de fiscalização dos prestadores de serviços contratados será realizada pelo CISNORDESTE/SC.

15.1 - O CISNORDESTE/SC, até o último dia do mês de fevereiro de cada ano, deverá encaminhar informações ao CONSORCIADO CONTRATANTE sobre os aspectos técnicos, operacionais, administrativos e financeiros do serviço prestado no ano anterior, mediante os relatórios, demonstrativos e documentos a seguir descritos:

15.1.1 - relação dos usuários beneficiados, contendo, no mínimo, o nome completo, o procedimento realizado, data do atendimento, número da guia de autorização do procedimento, valor e código do procedimento, bem como viabilizará, a pedido, acesso aos demais dados pessoais dos pacientes cadastrados pelo CONSORCIADO CONTRATANTE no sistema de informática como: nome do paciente, data de nascimento, nome da mãe e demais dados que o CONSORCIADO CONTRATANTE lançar no sistema.

15.1.2 - demonstrações contábeis devidamente assinadas de acordo com o previsto no artigo art. 57 do 3º Termo Aditivo e Consolidação do Contrato de Consórcio Público do CISNORDESTE/SC, juntamente com os procedimentos contábeis constantes no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

OBRIGAÇÕES DOS CONTRATANTES

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: Além das obrigações disciplinadas nas cláusulas específicas, são obrigações decorrentes do presente contrato:

16.1 - Do CONSORCIADO CONTRATANTE:

16.1.1 - entregar os valores no montante e forma pactuados;

16.1.2 - submeter-se à fiscalização dos órgãos do sistema de controle interno, bem como pelos órgãos de controle externo e ao controle social;

16.1.3 - notificar, por escrito, ao CISNORDESTE/SC, no caso de restrição na realização de despesas, de empenhos ou de movimentação financeira ora assumidas, apontando as medidas adotadas para regularização da situação.

16.2 - Do CISNORDESTE/SC:

16.2.1 - aplicar os recursos conforme o previsto e de acordo com seu orçamento;

16.2.2 - submeter-se à fiscalização dos órgãos do sistema de controle interno, bem como pelos órgãos de controle externo e ao controle social;

16.2.3 - dar publicidade ao objeto resumido do presente contrato.

PENALIDADES

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: O inadimplemento das obrigações financeiras estabelecidas neste contrato, sujeita o CONSORCIADO CONTRATANTE, às penalidades previstas no art. 61 do 3º termo aditivo e consolidação do Contrato de Consórcio Público do CISNORDESTE/SC, bem como no Art. 8º, § 5º, da Lei Federal nº 11.107/05.

EXTINÇÃO DO CONTRATO

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: O presente contrato será extinto, exclusivamente, nas seguintes hipóteses:

18.1 - Advento do seu termo final;

18.2 - Distrato;

18.3 - Rescisão motivada, em caso de falta grave ou comprovado inadimplemento das obrigações previstas por prazo superior a 90 (noventa) dias, desde que previamente apurado e decidido em regular processo administrativo;

18.4 - Extinção ou impossibilidade de prestação dos serviços pelo CISNORDESTE/SC;

18.5 - Decisão judicial transitada em julgado.

PUBLICAÇÃO E REGISTRO

CLÁUSULA DÉCIMA NOVA: Dentro de 20 (vinte) dias que se seguirem à assinatura deste contrato, as partes providenciarão a sua publicação, mediante extrato.

FORO

CLÁUSULA VIGÉSIMA: Fica eleito o Foro da Comarca de Joinville/SC para dirimir conflitos ou solucionar controvérsias relativas ao presente contrato, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

20.1 - Para plena eficácia jurídica, o CONSORCIADO CONTRATANTE e o CISNORDESTE/SC, por seus representantes legais, datam e assinam o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas instrumentais que, cientes do seu conteúdo, também subscrevem, para que se produzam os regulares efeitos.

Joinville/SC, 01 de janeiro de 2026.

Adriano Bornschein Silva
Prefeito Municipal de Joinville/SC
Presidente do CISNORDESTE/SC
CISNORDESTE/SC

Daniela Aparecida Gregório França Cavalcante
Gestora do Fundo Municipal de Saúde
CONSORCIADO CONTRATANTE



**CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA
CISNORDESTE/SC**

Testemunhas:

Nome: Ana Maria Groff Jansen

CPF: 345.290.129-72

Nome:

CPF: